

Disponibilidade em Acesso Aberto da produção científica dos países da África Lusófona

Open Access availability of Lusophone African scientific production

Martins Fernando Guambe

Doutor em Documentação, Arquivos e Bibliotecas Digitais, Universidad Carlos III de Madrid, Espanha.

E-mail: muafricano@libero.it

Gema Bueno-de-la-Fuente

Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidad Carlos III de Madrid, Espanha.

E-mail: gbueno@bib.uc3m.es

Resumo

A presente comunicação analisa a disponibilidade em acesso aberto da produção científica dos países da África Lusófona (AL). Assim, pretende identificar e caracterizar a produção científica de instituições acadêmicas e de pesquisa dos seguintes países: Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por meio das publicações de produção científica local, regional ou nacional, bem como das contribuições de investigadores africanos lusófonos em revistas internacionais de alto impacto. Partimos do pressuposto de que, embora o volume de trabalho nessas revistas seja menor, se comparado com outros países, há uma produção científica de autores de instituições de AL que não está sendo apropriada conforme a sua legitimidade, e que por isso, não é garantido o acesso à comunidade que produziu ou financiou dita produção científica. Os resultados preliminares permitiram identificar um volume de artigos publicados em periódicos internacionais no período de estudo 2002-2012, superior a 2000 artigos, dos quais a maior parte é publicada em revistas de acesso aberto, ou em revistas de acesso por assinatura que permitem várias opções de autoarquivamento, com ou sem períodos embargo. O objetivo final é propor um conjunto de recomendações políticas para que as instituições acadêmicas dos países de AL melhorem o acesso aberto e aproveitem as vantagens que isso advém.

Palavras-chave: Acesso Aberto, África Lusófona, produção científica local.

Abstract

The present communication analyzes the availability of open access scientific production of the Africa Lusophone (AL). Therefore, it aims to identify and characterize the scientific publications of academic institutions and research in the following countries: Mozambique, Angola, Guinea Bissau, Cape Verde and Sao Tome and Principe, through the publications in local, regional or national scientific production, as well as in high-impact international publications. We assume that, although the volume of work in these journals is less when compared with other countries, there is a scientific literature from authors of the AL institutions that is not arrogated according to its legitimacy and therefore, its access is not guaranteed to the community that produced and financed these scientific studies. Preliminary results allowed us to identify a significant number of articles published in international journals in the period of study 2002-2012, over 2,000 items, most of which are published in open access journals or in subscription access journals that allow several options of self-archiving, with or without embargo periods. The ultimate aim is to propose a set of policy recommendations to academic institutions in the countries of AL in order to enhance open access and enjoy its benefits.

Keywords: Open Access, Africa Lusophone, local scientific production.

Introdução

O movimento de Acesso Aberto (AA) à comunicação científica, inicialmente protagonizado pelos países ocidentais está expandindo cada vez mais nos últimos anos nos países em desenvolvimento, de forma notável na América do Sul. Porém, no continente africano, os esforços a favor do acesso aberto são muito desiguais entre os distintos países. A maior parte das iniciativas situa-se nos países de África Anglófona, em menor escala de África Francófona, enquanto que nos países de África Lusófona (AL), a situação é ainda muito incipiente, tanto através da via dourada como pela via verde.

A pesar do papel que podem desempenhar os organismos como a *Association of African Universities (AAU)*¹, ou iniciativas como a *Scholarly Communication in Africa Programme (SCAP)*² da Universidade de Cape Town, os resultados ainda se mostram insuficientes. Resulta demasiado ilustrativo o fato de nenhum país da AL ter registadas políticas de acesso aberto em ROARMAP³, e apenas algumas instituições de países da África Anglófona como África do Sul (*University of Pretoria* e a *University of Johannesburg*), Nigéria (*Covenant University*) ou Kenya (*Strathmore University*), contam com este tipo políticas.

A consulta das bases de dados e dos diretórios de revistas científicas e repositórios institucionais assim como a revisão da literatura relativa ao acesso à informação científica (por exemplo, ISAAC, 2010), indica que nestes países editam-se publicações académicas que se distribuem fora dos canais *mainstream*, muitas das quais ainda em papel, e que têm, aliás, uma distribuição e visibilidade limitadas. Nenhuma destas revistas está incluída em DOAJ⁴, o diretório internacional de revistas de acesso aberto. Estas publicações deveriam aproveitar as oportunidades oferecidas pela filosofia do AA e das tecnologias que o permitem, para aumentar a sua visibilidade e melhorar o seu impacto a nível internacional.

Por outro lado, existe determinada produção científica de investigadores dos países lusófonos que publicam em revistas de alto impacto a nível internacional. Uma parte desta produção já está disponível em acesso aberto, ao ser publicada principalmente em revistas de

¹ Association of African Universities (AAU): <http://www.aau.org>

² Scholarly Communication in Africa Programme (SCAP) da Universidade de Cape Town <http://www.scaprogramme.org.za/>

³ ROARMAP: Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies: <http://roarmap.eprints.org/>

⁴ Directory of Open Access Journals (DOAJ): <http://doaj.org>

editoras de acesso aberto como BioMed Central⁵ o PLoS⁶ (UNESCO, 2013). E uma parte considerável do resto da produção científica poderia estar também em acesso aberto por meio da via verde, dado que a maior parte das revistas onde se publica a referida produção permite algum tipo de depósito em acesso aberto conforme a classificação SHERPA/RoMEO⁷.

De modo geral, nos países em desenvolvimento, o acesso a revistas internacionais é limitado devido a baixos orçamentos dedicados à pesquisa científica, afectando a fraca visibilidade dos periódicos locais, o seu reconhecimento limitado e poucas citações que recebem (PEÑA 2010). Além disso, as revistas impressas nacionais muitas vezes não alcançam prestígio suficiente devido, em primeiro lugar, a qualidade de seu conteúdo académico e, por outro, eles não podem manter a periodicidade, devido aos custos de impressão e distribuição, e assim, os pesquisadores não conseguem crédito e visibilidade necessária (ALVAREZ LAGE, 2010, p. 107-112). E talvez também por razões de ordem geopolítica e linguísticas, como se pode observar nas plataformas de algumas das mais prestigiadas publicações científicas, Web of Science, Scopus e Thomson Reuters, parece haver uma tendência a utilização privilegiada de determinados idiomas, como o inglês.

Nestes países, tomando como exemplo a situação moçambicana, distintos atores estão empenhados na promoção da literacia informacional. Na agenda nacional do governo de Moçambique, está definida a disponibilidade gratuita de recursos eletrônicos para estudantes, professores e pesquisadores. Um exemplo é o projeto Schoolnet⁸ incubado no Centro Informático da Universidade Eduardo Mondlane, a fim de promover a formação básica de professores e alunos, aumentando assim a melhoria da qualidade do ensino. No entanto, os resultados preliminares tendem a mostrar que a maioria dos professores e pesquisadores desconhecem os portais bibliotecários e repositórios institucionais. Entre os usuários desses portais, a maioria afirma a importância das revistas eletrônicas para as suas atividades de ensino e pesquisa, apesar da dificuldade da língua, pois, a maioria dos documentos está em línguas estrangeiras, especialmente em Inglês (GASTER et al., 2009, p. 16-49).

⁵ Biomed Central: <http://www.biomedcentral.com/>

⁶ Public Library of Science (PLoS): <http://www.plos.org/>

⁷ SHERPA/ROMEO. Publishers copyright policies and self-archiving: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>.

⁸ SchoolNet: http://www.fmfi.org.za/wiki/index.php/Schoolnet_Mozambique:Project_Overview

Objetivos e metodologia

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo confirmar a existência e determinar o volume da produção científica de autores e instituições africanas lusófonas, susceptível de ser depositada nos seus repositórios institucionais ou outros repositórios abertos, bem como definir o nível de acesso aberto, real e potencial das revistas publicadas nesses países.

A partir do objetivo planeado, foi desenhada uma metodologia predominantemente quantitativa que analisa a produção científica local e internacional, restringindo o período de estudo aos anos 2002-2012. Os passos da investigação e as fontes empregadas foram diversos, subdivididos em dois áreas principais:

- Identificação e seleção dos títulos de revistas científicas publicadas por instituições da AL. Para a localização foram consultadas múltiplas bases de dados e diretórios de revistas internacionais, a destacar: *ISSN Portal*⁹, *African Journals Online (AJOL)*¹⁰ e o *Quarterly Index of African Periodical Literature (QIAPL)*, da *Library of Congress Overseas Office*¹¹, agora incorporada na AfricaBib, *Africana Periodical Literature*¹². Na seleção dos títulos, além dos critérios geográficos e temporais, e a sua disponibilidade em versão eletrônica, foram aplicados os critérios básicos do catálogo *Latindex*¹³ para discriminar revistas científicas de outras publicações acadêmicas.
- Quantificação da produção científica de autores e instituições africanas lusófonas em revistas internacionais de acesso aberto, ou em revistas de pagamento que permitam alguma forma de autodepósito, realizando uma estimacão do volume de trabalhos que poderiam formar parte dos repositórios institucionais existentes em AL ou outros. Utilizou-se a base de dados Scopus¹⁴, consultando por país de afiliação dos autores e restringindo as datas de publicação ao período de estudo (2002-2012). Posteriormente, a base de dados SHERPA/RoMEO permitiu determinar o nível de acesso às revistas onde foram publicados os trabalhos.

⁹ ISSN Portal: <http://portal.issn.org>

¹⁰ African Journals Online (AJOL): <http://www.ajol.info/index.php/index/browse/country>

¹¹ Library of Congress Overseas Office: http://www.loc.gov/acq/ovop/nairobi/indexed_journal.html

¹² AfricaBib, Africana Periodical Literature: <http://www.africabib.org/periodic.htm>

¹³ Catálogo Latindex: <http://www.latindex.unam.mx/latindex/catalogo.html>

¹⁴ Scopus: <http://www.scopus.com/home.url>

Os dados procedentes de todas as fontes foram extraídos, tratados e analisados utilizando várias ferramentas, principalmente *Google Refine*, *MS Excel* e *SQL Lite*.

A investigação conclui com algumas recomendações e orientações, para as bibliotecas universitárias, de instituições e centros de pesquisa de afiliação dos autores para exercer o seu direito de disponibilidade em acesso aberto da própria produção científica, na forma retrospectivamente como prospectivamente. Convidam-se as instituições e os governantes desses países para desenvolver e promover políticas que estimulem o acesso aberto à sua própria produção científica.

Principais resultados

A seguir passamos a apresentar os dados obtidos, em relação às revistas publicadas por instituições dos países africanos lusófonos, assim como os trabalhos publicados pelos pesquisadores desses países em revistas internacionais indexadas na base de dados Scopus. Em ambos os casos, é determinada a sua disponibilidade, real ou potencial, em acesso aberto.

Revistas científicas publicadas em AL

O Portal ISSN inclui um total de 162 títulos de periódicos publicados por países da AL, ativos no período 2002-2012. Especificamente, distinguem-se 79 títulos em Moçambique, 56 de Angola, 20 de Cabo Verde, 5 de Guiné Bissau, e 2 em São Tomé e Príncipe. No entanto, só um 6,8% destes títulos, quatro revistas moçambicanas, quatro angolanas e três cabo-verdianas, estão disponíveis em formato eletrônico.

Para corroborar e completar estes dados limitados, várias fontes foram consultadas, especialmente o portal dos jornais africanos on-line (AJOL) e a lista de revistas indexadas no *Quarterly Index of African Periodical Literature* (QIAPL). No Primeiro, só é hospedada uma revista publicada em Moçambique pela Universidade São Tomé, *African Journal of Governance and Development*, e é de acesso por pagamento. Enquanto ao QIAPL, indexa 13 títulos moçambicanos y 8 angolanos, nenhum deles em acesso aberto disponível em linha, porque são impressos, com acesso restrito ou já inativa.

Finalmente, a lista de publicações periódicas de caráter acadêmico da AL disponíveis em linha e em acesso aberto, se reduz a oito títulos, como se mostra na tabela 1.

Tabela 1: Revistas Científicas da AL em Acesso Aberto

País	Título da Revista	Editor	Números publicados
Angola	Revista Agromeio	Agromeio	1
	Revista Angolana de Sociologia	Sociedad Angolana de Sociologia	7
	Revista Sol Nascente	Centro de investigação sobre Ética Aplicada	4
Cabo Verde	Revista de Estudos Cabo-Verdianos	Universidade Cabo Verde	4
	Revista de Ciência e Tecnologia	Universidade Cabo Verde	1
	Revista da Sociedade Cabo-Verdiana de Zoologia	Sociedade Cabo-Verdiana de Zoologia	3
Guiné Bissau	Revista Soronda	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa	6
Moçambique	Revista científica da UEM	Universidade Eduardo Mondlane	1

Angola apresenta três revistas ativas, uma da área de agronomia e meio ambiente, a *Revista Agromeio*, com apenas um volume publicado até o ano de 2011, outra do domínio sociológico, a *Revista angolana de sociologia*, com sete edições de 2008 a 2011, e a *Revista Sol Nascente*, de investigação sobre ética aplicada, ativa desde 2012 e com quatro números.

Cabo verde apresenta igualmente três revistas científicas, a *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, de publicação anual, atualmente com quatro edições, a *Revista Ciência e Tecnologia* com a primeira edição eletrônica desde 2013, e a *Revista Zoologia Caboverdiana*, de periodicidade bianual, com edições na primavera e no outono, atualmente disponível o segundo número do volume três.

No nível de Guiné Bissau encontramos apenas uma revista, a *Revista Soronda*, que constitui o arquivo digital de estudos sócio econômicos guineenses, com 28 números disponíveis online correspondentes aos anos de 1986 a 2004, seis dos quais no período de estudo.

Em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane, a maior e mais antiga instituição pública de ensino superior em Moçambique tem uma única revista ainda na edição número zero, em formato impresso e digital, que abrange três áreas do conhecimento: Ciências Biomédicas e Saúde Pública, Ciências da Educação e Ciências Sociais e Letras.

Finalmente, no caso de São Tomé e Príncipe, não foi encontrada nenhuma revista científica. O *Boletim Arquivo Histórico*, administrado pelo Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, do material digital disponível na sua página Web, conta apenas com coleções fotográficas, postais e gravuras.

Produção científica dos autores da AL em revistas internacionais

Conforme referimos anteriormente, foram extraídos os dados dos trabalhos publicados pelos investigadores africanos lusófonos no período de 2002-2012 em revistas internacionais indexadas em Scopus. Na tabela 2, mostra-se o número de documentos por países e por anos.

Tabela 2: Número de títulos de artigos disponíveis em Scopus

Anos \ Países	Moçambique	Angola	Guiné-Bissau	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe	n _i (ano)	h _i % (ano)
2002	33	21	11	1	3	69	3,4%
2003	56	9	21	7	6	99	4,9%
2004	72	20	22	1	3	118	5,8%
2005	77	31	27	2	1	138	6,8%
2006	108	36	13	11	3	171	8,4%
2007	107	33	32	4	3	179	8,8%
2008	128	33	21	9	0	191	9,4%
2009	154	40	23	14	4	235	11,5%
2010	147	42	21	15	3	228	11,2%
2011	214	50	32	7	0	303	14,8%
2012	191	65	37	14	3	310	15,2%
n _i (país)	1287	380	260	85	29	N=2041	100,0%
h _i % (país)	63,1%	18,6%	12,7%	4,2%	1,4%	100,0%	

Por tanto, a base de dados Scopus permitiu identificar 2041 referencias, procedentes em primeiro lugar por Moçambique quem acumula 1287 trabalhos, o 63% de toda a produção científica da AL, seguido de Angola com 380 títulos (18%) e Guiné Bissau com 260 (12,7%) respectivamente. Finalmente, os países com menor produção, em conjunto pouco mais do 5% dos trabalhos, são Cabo Verde com 85 trabalhos, e São Tomé e Príncipe com 29.

Em conjunto, verificou-se um aumento gradual dos trabalhos publicados ao longo dos anos, nos últimos quatro agrupando mais do 50% dos trabalhos, atingindo mais de trezentos artigos no ano 2012. Não obstante, o padrão de publicação não tem sido regular em todos os países, especialmente nos casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Em relação aos tipos de documentos publicados, tratam-se principalmente de artigos de revista (81,5%), e em menor medida, comunicações de conferencia (8,2%) e revisões (5,4%). Outras tipologias documentais de escassa presença são cartas, notas, editoriais, questionários curtos, erratas, ou os capítulos de livro, que não atingem o 5% do total.

As línguas dos trabalhos publicados pelos autores dos cinco países são variadas, com mais duma dúzia de línguas diferentes. A língua predominante, com grande diferença, é o inglês, com o 95% dos trabalhos. Também se podem encontrar trabalhos em português (33), espanhol (32), sueco (16), francês (16), italiano (6), norueguês, alemão, tcheco, russo, coreano, árabe e chinês, cada um com um único artigo. Alguns trabalhos são publicados em mais duma língua, além do inglês, mas é um número muito reduzido.

O número de publicações periódicas onde têm publicado os autores de instituições da AL é elevado, cerca dos mil títulos, o que faz uma média de pouco mais de dois trabalhos por revista. Agora, a distribuição é muito desigual, algo comum nos estudos bibliométricos, uma vez que dois terços de todas as revistas contem apenas um trabalho, o que representa o 30,7% do total de artigos. As revistas que publicam mais de dez obras são apenas um 2,2% dos títulos, não obstante, agrupam quase uma quarta parte dos trabalhos (24,2%).

Tabela 3. Distribuição do número de trabalhos publicados por títulos de revista

Número de trabalhos	Títulos de revistas			Número de trabalhos		
	Intervalos	n_i	$h_i\%$	$H_i\%$	n_i	$h_i\%$
1	628	66,88%	66,88%	628	30,74%	30,74%
2	161	17,15%	84,03%	322	15,76%	46,50%
3	50	5,32%	89,35%	150	7,34%	53,84%
4	29	3,09%	92,44%	116	5,68%	59,52%
5	11	1,17%	93,61%	55	2,69%	62,21%
6-10	39	4,15%	97,76%	278	13,61%	75,82%
11-20	13	1,38%	99,15%	188	9,20%	85,02%
21-50	6	0,64%	99,79%	187	9,15%	94,18%
50	2	0,21%	100,00%	119	5,82%	100,00%
Total N	939	100,00%		2041	100,00%	

Acesso real e potencial à produção científica de autores da AL

Uma vez identificada, quantificada e caracterizada a produção científica de pesquisadores da AL, a última fase do nosso estudo foi focada em determinar o nível de acesso aberto a esses documentos com base nas condições de partilha das publicações. Como o número de títulos gravados é muito alto, tiramos uma amostra das cinquenta maiores revistas, com prioridade de acordo com o número de artigos publicados, e que somam mais do que um terço do trabalho (35%).

Para começar, identificamos as editoras dessas revistas (ver tabela 4), comprovando que o maior número de trabalho se concentra em revistas publicadas por algumas das editoras científicas comerciais mais importantes do mundo, como é o caso de *Elsevier* ou *Wiley-Blackwell*, mas também de editoras de acesso aberto, como as destacadas, *BioMed Central* e *PLoS*, entre outras. A lista é completada por uma variedade de editoras acadêmicas (*Oxford University Press*, *Cambridge University Press*), organizações científicas e até mesmo agências governamentais.

Tabela 4: Principais editorias

Editoriais	Revistas f _i	Trabalhos f _i
Elsevier	12	159
BioMed Central	5	98
PLoS	3	83
Wiley-Blackwell	5	72
Oxford University Press	3	68
Lippincott, Williams & Wilkins	3	56
American Society of Tropical Medicine and Hygiene	1	33
Taylor & Francis	2	22
American Society for Microbiology	3	21
World Health Organization	1	14
BMJ Publishing Group	1	10
AOSIS OpenJournals	1	9
Cambridge University Press	1	9
Mary Ann Liebert	1	9
American Society of Nutrition	1	8
CMI - Chr. Michelsen Institute	1	7
Entomological Society of America	1	7
International Union Against Tuberculosis and Lung Disease	1	7
Massachusetts Medical Society	1	7
SAGE publications	1	7
Clinics Cardive	1	6
Springer Verlag	1	6
Total N	50	718

Estes dados aportam uma ideia da proporção de trabalhos que podem estar em acesso aberto. Porém, as políticas das editoras comerciais como *Elsevier*, que permitem publicar versões *pre-print* e/o *postprint* dos trabalhos enviados, eleva o volume de publicações que poderiam estar em acesso aberto conforme a via verde.

Ao consultarmos a base de dados SHERPA/RoMEO, comprovamos que das cinquenta revistas selecionadas, uma quarta parte dos títulos (24%), e o 30.6% dos trabalhos, são revistas de AA. Dos três quartos restantes que são revistas de acesso restringido, 32 oferecem a possibilidade de publicar artigos em acesso aberto com uma taxa de pagamento equivalente a 55,2% do volume de publicações (tabela 5).

Tabela 5: Volume de revistas e trabalhos por condições de acesso

Tipo de acesso	Revistas f _i	Revistas h _i %	Trabalhos f _i	Trabalhos h _i %
Aberto	12	24%	220	30,6%
Restringido	38	76%	498	69,4%
Total N	50	100%	718	100,0%
Restringido, com opção AA de pagamento	32	64%	396	55,2%
Restringido sem opção AA de pagamento	6	12%	102	14,2%

Ao abrigo da categoria das cores da base de dados *SHERPA/RoMEO* (tabela 6), um 84% dessas 50 revistas, que agrupam por sua vez, 83,4% dos artigos, permitem alguma forma de autoarquivo, com 23 revistas de categoria verde, 11 amarelas, e 8 azuis. Extrapolando estes dados a toda a produção científica analisada no período de estudo, estaríamos falando de mais de 1700 trabalhos que poderiam ser depositados em repositórios abertos.

Tabela 6: Volume de revistas e trabalhos por cores RoMEO

Cores RoMEO	Revistas f _i	Revistas h _i %	Trabalhos f _i	Trabalhos h _i %	Trabalhos H _i %
Verde	23	46,0%	341	47,5%	47,5%
Amarelo	11	22,0%	167	23,3%	70,8%
Azul	8	16,0%	91	12,7%	83,4%
Blanco	6	12,0%	106	14,8%	98,2%
Sem classificar	2	4,0%	13	1,8%	100,0%
Total N	50	100,0%	718	100,0%	

Deste modo, algumas destas revistas estabelecem períodos de embargo numa forma geral ou sob determinadas circunstâncias. Acontece igualmente com as publicações de editoras universitárias (*Oxford, Cambridge*), editoras comerciais (*Wiley-Blackwell e Taylor & Francis*), classificadas em primeiro lugar como *amarelas* e com períodos que variam de 0-24 meses, e dependendo da adesão dos autores e da disponibilidade do repositório aberto. A maioria das revistas *verde*, publicado pela *Elsevier*, estabelece períodos de embargo de 12-48 meses para versões *pre-print* e *postprint* no caso de necessidade de depósito e sob o mandato de uma agência de financiamento, uma vez que pode ser imediata por parte do autor

voluntário e na ausência de uma política ou mandato. Finalmente, duas das revistas classificadas como de *azul*, necessitam seis meses para o depósito de *pre-print*, só permitido para os autores de instituições NIH e Wellcome Trust em PubMed.

Discussão

Assim sendo, torna-se necessário que os autores e instituições de AL tenham repositórios abertos onde depositar as versões de seus artigos publicados em revistas de assinatura que permitem alguma forma de autoarquivo e, deste modo, permitir que essa produção intelectual seja acessível para a respectiva comunidade, independentemente das possibilidades de subscrição das instituições.

Para comprovar esta situação, realizamos a pesquisa no diretório *OpenDoar*¹⁵, a partir das quais verificamos a existência de unicamente dois repositórios para Cabo Verde e um repositório em Moçambique.

A *Biblioteca Digital da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde*¹⁶, com 386 títulos, está a sua vez integrada no segundo repositório identificado, o *Portal do Conhecimento*¹⁷, que agrupa para além de outras coleções, os repositórios científicos das universidades e centros de pesquisa cabo-verdianos. O referido repositório dispõe atualmente de 1745 títulos, que coloca o país na terceira posição entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com repositório nacional, depois de Portugal e Brasil. O Portal contém documentos de caráter acadêmico e científico: teses, dissertações, artigos, e outros tipos de documentos, produzidos em instituições nacionais e estrangeiras.

Na realidade de Moçambique encontramos um caso excelente de convergência de iniciativas para promover o acesso aberto à informação, é a adesão de seis diferentes instituições de pesquisa através do repositório SABER (WAETE, MOURA, e MANGUE, 2012, 195-207). Constitui um exemplo tangível de promover o acesso aberto para o depósito da produção científica em todo o país, com mais de 2.800 títulos¹⁸.

¹⁵ *OpenDoar*, The Directory of Open Access Repositories: <http://www.opendoar.org/>

¹⁶ Biblioteca Digital de Cabo Verde: <http://bdigital.cv.unipiaget.org/dspace/>

¹⁷ Portal do Conhecimento (Cabo Verde): <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv>

¹⁸ Repositorio SABER (Mozambique): <http://www.saber.ac.mz/>

A questão que se coloca é: até que ponto os repositórios ativos incluem a produção científica completa das instituições participantes? O seu uso serve para a difusão da produção científica entre a comunidade acadêmica? Terá efeito sobre o desenvolvimento da pesquisa nos países africanos lusófonos? Tudo indica que o impacto da produção científica nas instituições da AL ainda é incipiente e restrita, fato justificado ainda pela publicação de pesquisadores nacionais em revistas estrangeiras, como sinala (MONTEIRO, 2010, 66-70) no caso de Moçambique.

A fuga de cérebros é notória para ramos melhor remunerados ou emigrando para outros países, em detrimento da investigação científica local. A fuga de cérebros não é uma tendência completamente negativa porque permite complementar a capacidade do pessoal técnico, de forma direta ou indireta através da imersão no contexto dos países com um desenvolvimento tecnológico avançado (ADAM, 2005, 33-34).

Não obstante, torna se imperioso o estabelecimento de programas para a promoção do AA, que ajudem à consciência da comunidade acadêmica sobre a importância do acesso a produção científica. Especialmente, quando as maiores organizações não governamentais promotoras do acesso aberto na África não são africanas (NWAGWU, 2013). Na parte das bibliotecas das instituições, devem assumir a difusão, consciência e formação em torno às implicações do AA, e a necessidade dos repositórios institucionais como garantes do acesso e a memória intelectual da instituição. Ainda mais, devem implementar estratégias para localizar e atrair aos seus repositórios, existentes y futuros, a própria produção científica disponível em revistas qualificadas por SHERPA/RoMEO como verdes, amarelas ou azuis, e exercer o seu direito de disponibilidade em acesso aberto, tanto na forma retrospectivamente como prospectivamente.

Além disso, as instituições e os organismos financeiros da pesquisa devem reconhecer a necessidade de promulgar mandatos e políticas de acesso aberto, inexistentes hoje nos países africanos lusófonos. Finalmente, por parte dos governantes, devem assumir a responsabilidade de desenhar políticas executáveis para combater a fuga dos cérebros através de programas de incentivos destinados a promoção da investigação científica, incluindo a criação de sinergias com investigadores nacionais na diáspora, de forma a incrementar investigação científica e estimular o movimento do acesso aberto, aproveitando o contexto internacional que as novas tecnologias de informação comunicação oferecem.

Conclusões

A partir do estudo podemos concluir que a quantidade de revistas em acesso aberto dos países de África Lusófona é ainda escassa. Ainda mais, estas não estão integradas com o resto de títulos de revistas abertas em diretórios internacionais como DOAR ou africanos como AJOL, o que limita a visibilidade e difusão global da investigação que se realiza nesta comunidade de países.

Em quanto à produção científica de autores de instituições de AL, o carácter emergente de estes países condiciona à sua subordinação e/o dependência em relação às instituições e editores estrangeiros e de âmbito internacional. A maior parte dos trabalhos se publicam em revistas de editoras comerciais, universitárias ou de sociedades estrangeiras, e se trata de trabalhos em colaboração com investigadores de instituições estrangeiras.

No entanto, uma alta percentagem de trabalhos, poderia aproveitar a oportunidade que o AA oferece. Nas cinquenta revistas mais produtivas para os autores da AL, títulos que agrupam 84% dos trabalhos publicados, permitem o depósito da versão *pre-print* ou *postprint*. Esta possibilidade não está a ser aproveitada pelos repositórios institucionais existentes e não é possível ainda para países como Angola, Guiné-Bissau y São Tomé e Príncipe, os quais não tem ainda nenhum repositório que possa cumprir esta função.

É certo que os recursos económicos, tecnológicos y humanos para torná-lo possível podem não ser suficientes para levar a cabo estas ações. Porém, do mesmo modo que em Moçambique se trabalhou de forma cooperativa para a criação do repositório nacional SABER, não é irracional pensar na criação dum repositório interinstitucional que agrupe a produção científica da comunidade africana lusófona, com ajuda internacional e especialmente dos países lusófonos mais avançados como Portugal e Brasil. Nesta linha de pensamento, é de destacar o esforço para a criação da Biblioteca Digital Lusófona¹⁹ (MELO ALVES, 2012), que atualmente conta com o apoio da UNESCO, e que poderia servir de ponte para a cerração do Repositório Aberto da África Lusófona.

¹⁹ Biblioteca Digital Lusofona: <http://www.bibliotecadigitallusofona.org/>

Referências

- ADAM, L. **Financiamiento de las TIC para el desarrollo**: Centrándose en la pobreza Instituto del Tercer Mundo (IteM), 2005. Disponível em: <http://wsispapers.choike.org/financiamiento_tic_pobreza.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.
- ÁLVAREZ LAGE, A. M. El desafío de publicar en acceso abierto. In: PICCONE, Maria Sol; JOUSSET, Magdalena. **Impacto y visibilidad de las revistas científicas**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.caicyt.gov.ar/files/1201_Impacto_y_visibilidad_Rev_Cientif.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.
- GASTER, P. et al. **Inclusão digital em Moçambique**: um desafio para todos. Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM), 2009. Disponível em: <http://www.ngopulse.org/sites/default/files/mozambique_em_portugues.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.
- ISSAK, A. M. The creation of an information repository: a perspective from Mozambican higher education sector. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 76, 2010, Gothenburg, Suecia. **Full programme**. Gothenburg: IFLA, 2010. Disponível em: <<http://conference.ifla.org/past/ifla76/138-issak-en.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- MELO ALVES, F. M. **Biblioteca digital lusófona**: articulación de las políticas de la lengua portuguesa, de cooperación y de información en los países lusófonos. Madrid: Académica Española, 2012.
- MONTEIRO, M. H. W. **Ciência e tecnologia**: produção de conhecimento em Moçambique entre 2003 a 2008. 2010. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27497>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- NWAGWU, W. E. Open access initiatives in Africa: structure, incentives and disincentives. **The Journal of Academic Librarianship**, 2013. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133312001929>>. Acesso em: 10 de setembro 2013.
- PEÑA, J. A. **Consortio nacional de recursos de información científica y tecnológica**: o contexto y alcances: o oficina de coordinación. CONACyT, 2010. Disponível em: <http://www.conacyt.gob.mx/Indice/Documents/Consortio_revistas_2010.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.
- UNESCO. GLOBAL OPEN ACCESS PORTAL. **Overview of OA in Africa**. 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/portals-and-platforms/goap/access-by-region/africa/>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- WAETE, R. Z.; MOURA, M. A.; MANGUE, M. V. Acesso livre à informação científica em países em desenvolvimento: o caso dos repositórios “saber” moçambique e digital da ufmg (brasil). **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**,

Florianópolis, v. 17, n. esp. 2 – III SBCC, 2012. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/pdf/147/14725436014.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

Recursos web: revistas em acesso aberto da AL

Revista Agromeio. Agronomia e Meio Ambiente: <http://agromeio.webnode.com.br/>

Revista Angolana de Sociologia (RAS): <http://revistangolanasociologia.wordpress.com>

Revista Sol Nascente: <http://www.ispsn.org/magazine>

Revista de Estudos Cabo-Verdianos: <http://www.unicv.edu.cv/index.php/publicacoes/rec>

Revista de Ciência e Tecnologia: <http://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/RevistaCT>

Revista da Sociedade Cabo-Verdiana de Zoologia: <http://www.scvz.org/zoolcv/vol3no2.html>

Revista Soronda: <http://www.inep-bissau.org/Publicações/RevistaSoronda/>

Revista científica da UEM: <http://www.revistacientifica.uem.mz>

DOI: [10.11606/issn.2178-2075.v4i2p5-19](https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p5-19)